

JOSÉ GOLDEMBERG

O Projeto Floram

Em 1988 se formou, no Instituto de Estudos Avançados da USP, um grupo de cientistas e economistas com o objetivo de promover um projeto de reflorestamento em escala inédita no Brasil: 14 milhões de hectares de florestas, plantadas num período de 20 a 30 anos, em 27 áreas, cobrindo o território nacional (excluídos a floresta amazônica, o pantanal mato-grossense, o Nordeste e algumas outras áreas).

Caso concretizado, o projeto — denominado Floram — teria os seguintes objetivos múltiplos:

- Sustentabilidade social e revitalização das áreas desmatadas;
- Sustentabilidade ecológica;
- Sustentabilidade econômica.

O que isso significa é que não se teve a idéia de criar apenas mais parques nacionais, pela recuperação de áreas degradadas (sobretudo na mata atlântica), mas implantar florestas cercadas de bosques que pudessem servir de suporte ecológico à fauna silvestre. Além disso, se teve em mente a *viabilidade econômica* dos empreendimentos, quer pela silvicultura tradicional, quer pela silvicultura intensiva, e a *sustentabilidade social*, integrando as populações com as florestas plantadas, de modo a gerar mão-de-obra e fixar o homem no campo.

O projeto Floram teve tal impacto



Desmatamento da Amazônia torna o Brasil um importante emissor de carbono

mundial que recebeu, recentemente, um prêmio da União Internacional das Associações de Prevenção da Poluição do Ar e Proteção Ambiental, competindo com centenas de outros projetos.

Qual o significado desse projeto para o Brasil e para o mundo?

Em primeiro lugar, a criação de empregos e a recuperação de amplas áreas degradadas; compensando, ao menos em parte, o desmatamento que ocorreu e continua a

ocorrer na Amazônia.

Em segundo lugar, a fixação de cerca de pelo menos 3 bilhões de toneladas de carbono ao longo de 20 ou 30 anos, o que representa importante contribuição aos esforços para reduzir as emissões

mundiais de carbono.

Poder-se-ia pensar que esta última consequência é de interesse menor para o Brasil, porque o País não é um emissor importante de carbono, mas isso não é verdade. A reabsorção do carbono emitido em atividades industriais (geração de energia elétrica queimando carvão, petróleo e gás, uso de gasolina e diesel por automóveis e caminhões, etc.) por meio do reflorestamento é o método mais econômico que existe e seu custo tem sido avaliado em US\$ 10 por tonelada de carbono fixado. O que isso significa é que o Projeto Floram poderia arrecadar US\$ 30 bilhões dos emissores de carbono que desejassem pagar pela sua reabsorção. Além disso, o desmatamento da Amazônia torna o Brasil um emissor importante de carbono, o que é uma situação que não pode perdurar, nem é de interesse do próprio País.

A Convenção sobre o Clima, assinada em 1992 no Rio de Janeiro, não estabeleceu limites para os emisso-

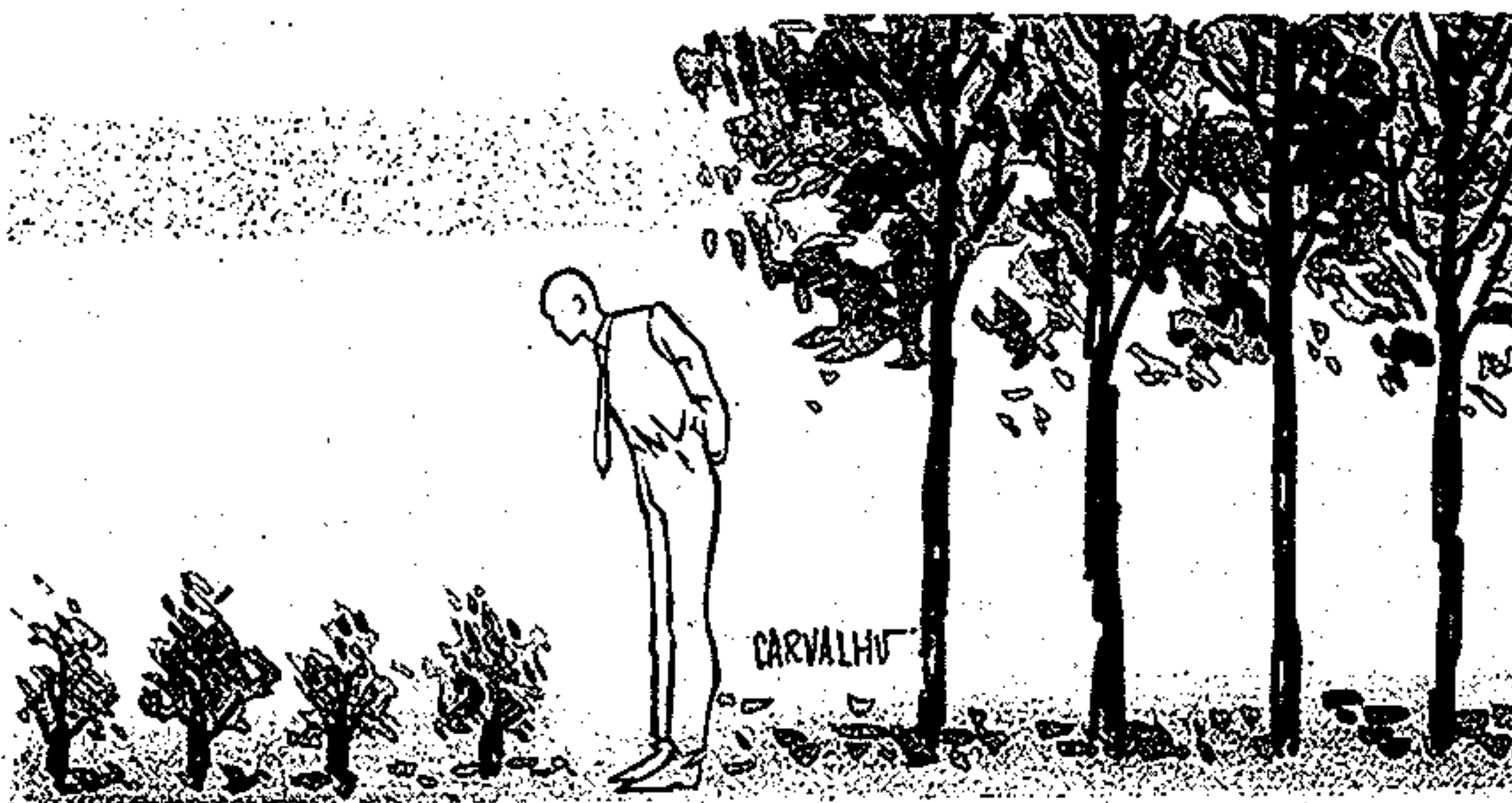
res dos países em desenvolvimento, mas provavelmente será emendada em 1997, na conferência que se realizará em Kyoto, no Japão.

O que está ocorrendo nessa área é o seguinte: os países industrializados, que são hoje os grandes emissores de carbono, assumiram a meta *voluntária* de reduzir suas emissões, de modo a atingir, no ano 2000, o mesmo nível do ano de 1990. Sucede que nem os EUA nem a União Européia como um todo atingirão essa meta, o que levou o governo americano a propor metas *obrigatórias* a serem atingidas no ano de 2005, ou 2010. Essa é uma mudança importante no debate em torno do problema das emissões de carbono e terá repercussões nos países em desenvolvimento. A reeleição do presidente Clinton, nos EUA, e o fato de a Holanda passar a presidir a União Européia em 1997 abrem excelentes perspectivas para um maior dinamismo na implementação da Convenção do Clima.

O Brasil tem se mantido na posição olímpica de não negociar reduções nas emissões — mesmo depois que o desmatamento na Amazônia começou a subir, após ter caído para um mínimo em 1992.

O Projeto Floram abre uma magnífica oportunidade para uma mudança de posição. Neste momento, só temos a ganhar numa negociação com os países industrializados, porque o projeto beneficia diretamente o povo brasileiro e, indiretamente, o resto da população mundial.

■ José Goldemberg, professor, foi reitor da USP e ministro da Educação



Class. 04
 Data 03/12/96
 OESP
 A-2